

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.490 - MG (2019/0303424-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : MATHEUS CASTRO DE PAULA
ADVOGADO : MATHEUS CASTRO DE PAULA - MG178468
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : GUILHERME AUGUSTO GOMES GONTIJO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de GUILHERME AUGUSTO GOMES GONTIJO, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.074029-0/000.

Extraí-se dos autos que o paciente, juntamente com outros agentes, teve a prisão preventiva decretada em 5/6/2019, pela suposta prática dos crimes de tráfico, associação para o narcotráfico e roubos, tendo o Juízo de primeiro grau indeferido os pedidos de revogação da custódia.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

**HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS -
DECISÃO FUNDAMENTADA - PRESENTES OS REQUISITOS DOS
ART. 312 E 313 DO CPP - NEGATIVA DE AUTORIA -
IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE POR ESTA VIA - EXCESSO DE
PRAZO - INOCORRENTE - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS -
IRRELEVANTE IN CASU - PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE
INOCÊNCIA - NÃO VIOLADO - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO
VERIFICADO - ORDEM DENEGADA.**

1- A prisão preventiva não é determinada com fulcro na comprovação inequívoca da autoria, mas com base em seus indícios, associados a outros requisitos.

2-Atendidos os requisitos instrumentais do art. 313 do CPP, bem como presentes os pressupostos e ao menos um dos requisitos do art. 312 do CPP (garantia da ordem pública), deve ser a prisão preventiva mantida, não havendo que se falar em sua revogação, ou mesmo em substituição pelas medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, pelo fato de estas se revelarem absolutamente insuficientes.

3- Supostas condições favoráveis, ainda que comprovadas, não impedem a prisão cautelar quando sua necessidade

Superior Tribunal de Justiça

restar evidenciada por outros elementos. Precedentes do STF e STJ.

4- *Princípio da presunção de inocência não violado, vez que a prisão preventiva não se ancora em certeza da culpa, mas sim em indícios dela.*

5- *Ordem denegada (fls. 60).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados nos termos do acórdão resumido da seguinte forma:

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE DECISÃO EM HABEAS CORPUS - OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO INEXISTENTES - EMBARGOS NÃO ACOLHIDOS.

1. *A natureza específica dos embargos de declaração é a de propiciar a correção, a integração e a complementação das decisões judiciais que se apresentam ambíguas, obscuras, contraditórias ou omissas.*

2. *Não se verificando, no acórdão embargado, quaisquer dos vícios previstos no art. 619 do Código de Processo Penal, o não acolhimento dos embargos de declaração é medida que se impõe.*

3. *A rediscussão da própria matéria que constituiu objeto de Habeas Corpus já decidido é inadmissível em sede de Embargos de Declaração.*

4. *Embargos não acolhidos (fls. 70).*

No presente recurso, alega, inicialmente, a inexistência de clareza quanto à autoria delitiva nos áudios obtidos nas interceptações telefônicas.

Assevera a ausência de fundamentação idônea das decisões que indeferiram os pedidos de revogação da custódia, baseada exclusivamente na gravidade abstrata do delito e em elementos constitutivo do tipo penal. Salienta a ausência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Ressalta que o paciente conta com condições pessoais favoráveis, e aponta suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Pondera que a prisão do paciente já dura mais de 120 dias, sem que tenha, sequer, sido designada audiência preliminar.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer a intimação da defesa para a realização de sustentação oral.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, inclusive com o envio de cópia da decisão que decretou a prisão preventiva. Os informes deverão ser prestados, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha de acesso aos autos.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator